

FLORIANÓPOLIS, UMA CIDADE A SER LIDA:

O USO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DOS ESPAÇOS DA CIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Fábio Paulo da Silva ¹

Resumo: A cidade de Florianópolis, que será o objeto dessa pesquisa, não é simplesmente uma materialidade que, por meio da qual, se possa ler claramente o passado e o presente, para que possamos corrigir possíveis erros no futuro. Até porque essa era a perspectiva historiográfica do século XIX, que colocava o Estado Nacional à frente de um projeto uniformizador de passado e futuro. O recorte local pode ser um ponto de partida para problematizar suas mudanças e permanências ao longo tempo e, intencionalmente, deve ser comparado com outros locais para avançar as discussões, potencializando a consciência sobre o tempo presente. Na cidade há uma diversidade de elementos simbólicos, que nos possibilitam inúmeras abordagens, um espaço para onde se pode estimular uma “educação do olhar”. A “leitura da cidade” é um processo de interpretação de códigos e suas linguagens, sobrepostos no tempo e no espaço, mas precisam ser compreendidos, pois passaram por seleções, julgamentos e intencionalidades. Toda essa dimensão material da realidade humana, representada pelo patrimônio cultural das cidades, presente e incorporado ao cotidiano da pessoas, deve sem dúvida, apresentar-se de forma mais clara no currículo escolar, sobretudo na disciplina de história, que acaba tendo a função discutir essas questões e aproximar ao aluno. Para compreender como o Patrimônio Cultural de Florianópolis foi administrado e concebido até o tempo presente, é preciso recorrer à uma contextualização histórico acerca das principais medidas para se estabelecer, manter ou descartar o que foi de interesse em determinados setores da sociedade, que estiveram à frente das decisões e determinaram os rumos da política de preservação do patrimônio em Santa Catarina. A partir daí, sugerimos uma metodologia de ensino de história alinhada ao uso do patrimônio cultural da cidade, aproximando o aluno do conhecimento histórico, além de provocar uma visão crítica de seu mundo.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. História local. Ensino de história

¹ Bacharel e Licenciado pela UFSC, Especialista em Educação pela FURB, aluno do Mestrado Profissional em Ensino de História / UFSC, email: fabiopaulod@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Em nosso cotidiano, passamos por muitos locais urbanizados ou não, que estão repletos de informações, testemunhos e ações que podem ser historicamente explicados. Há uma sobreposição de imagens produzidas em tempos diferentes, com funções distintas e intenções determinadas, tanto de locais públicos como privados. As ideias mudam, as intenções mudam, os objetivos mudam, mas muitas coisas permanecem e estão ali para serem observadas e interpretadas; são ruas, casas, edifícios, imagens, objetos, escritos, paisagens, tradições que pairam sobre eles uma série de conhecimentos no emprego de sua constituição, assim como em novos significados que vão surgindo no decorrer dos tempos. Esse patrimônio deixa marcas acerca de um passado, ao qual se atribui um valor simbólico através do grau de importância ao lugar, cuidado, proteção, material empregado, seja ele público ou privado. (MATOZZI, 2008, p. 136)

A cidade de Florianópolis não é simplesmente uma materialidade que, por meio da qual, se possa “ler” claramente o passado e o presente, para que possamos corrigir possíveis erros no futuro. Até porque essa era a perspectiva historiográfica do século XIX, que colocava o Estado Nacional à frente de um projeto uniformizador de passado e futuro. O recorte local pode ser um ponto de partida para problematizar suas mudanças e permanências ao longo do tempo e, intencionalmente, deve ser comparado com outros locais para avançar as discussões, potencializando a consciência sobre o tempo presente. Na cidade há uma diversidade de elementos simbólicos, que nos possibilitam inúmeras abordagens, um espaço para onde se pode estimular uma “educação do olhar”. A ‘leitura da cidade’ é um processo de interpretação de códigos e suas linguagens, sobrepostos no tempo e no espaço, mas precisam ser compreendidos, pois passaram por seleções, julgamentos e intencionalidades. Toda essa dimensão material da realidade humana, representada pelo patrimônio cultural das cidades, presente e incorporado ao cotidiano da pessoas, deve sem dúvida, apresentar-se de forma mais clara no currículo escolar, sobretudo na disciplina de história, que acaba tendo a função discutir essas questões e aproximar ao aluno. (MIRANDA, 2013, p.63-71)

Para compreender como o patrimônio cultural de Florianópolis foi administrado e concebido até o tempo presente, é preciso recorrer à uma contextualização histórico acerca

das principais medidas para se estabelecer, manter ou descartar o que foi de interesse em determinados setores da sociedade, que estiveram à frente das decisões e determinaram os rumos da política de preservação do patrimônio em Santa Catarina. A seguir faz-se necessário buscar como se dá a relação do patrimônio com o ensino de história na formação do saber escolar e o ensino de história. Por fim apresenta-se a ponte Hercílio Luz e as possibilidades de se trabalhar com a história de Florianópolis, a partir de seu estudo.

O PATRIMÔNIO CULTURAL EM SANTA CATARINA

Para a discussão sobre o campo do Patrimônio Cultural em Santa Catarina recorremos a Prf^a. Janice Gonçalves (2016), que analisa o processo de escolhas (e esquecimentos) do Patrimônio Cultural de Santa Catarina, sobretudo os bens culturais consagrados, que passaram pelo processo de tombamento. A pesquisa retrata as ações governamentais relacionadas à conservação do patrimônio entre os anos 1938 e 1974, sendo que fica clara a baixa representatividade de Santa Catarina nos processos de tombamentos em nível nacional. As primeiras referências a processos oficiais de tombamentos em Florianópolis estão relacionadas às fortalezas, segundo a autora o sistema de defesa tomou esse destaque porque este tipo de patrimônio está ligado à administração portuguesa, assim como a grande maioria dos bens escolhidos para serem resguardados.

Ao que se percebe, o objetivo de se guardar, memorizar e difundir o patrimônio, é de formar uma identidade de nação unificada em torno de uma linha de pensamento ligadas aos “grandes feitos” por “ilustres brasileiros”, criteriosamente escolhidos. Dessa forma o patrimônio evidenciado seriam os “bens arrolados pelo órgão federal de preservação como significativos e merecedores de proteção”, com ênfase nos bens locados e predominantemente no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e de forma menos expressiva em Pernambuco. Nas primeiras décadas do século XX, os bens tombados em Santa Catarina localizam-se predominantemente no litoral, que é onde se concentra as estruturas que evocam a cultura portuguesa. (GONÇALVES, 2016)

□ Na mesma obra, Janice Gonçalves (2016) destaca que os tombamentos realizados entre 1938 e 1967 refletem a intenção de destacar um país católico, militarizado, patriarcal e

latifundiário. Mas constatou-se, posteriormente, que não tratava-se de simplesmente descartar outros patrimônios culturais, mas sim, alocá-las em diferentes patamares, hierarquizando-os em grau de importância para a nação. Alguns itens teriam uma relevância ligadas apenas no âmbito regional, pois não eram consideradas importantes para aspectos de formação da identidade nacional. (2016)

O patrimônio nacional foi, a partir da década de 1930, estruturado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), mas foi só a partir de 1950 que houve contato com intelectuais catarinenses para auxiliar nos estudos culturais para realizar a seleção de bens a serem tombados. Os intelectuais aos quais se refere são os integrantes do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e Academia Catarinense de Letras (ACL), já que o órgão de preservação não tinha uma instância regional. Assim dois tipos de patrimônio interessaram o estudo e proteção em SC: o patrimônio tradicional (vinculado ao folclore) e o patrimônio arqueológico. (GONÇALVES, 2016).

Foi dessa forma que o Patrimônio Cultural de Santa Catarina foi “gerenciado” durante as duas décadas que se sucederam. Nesse período cabe ressaltar a importância do movimento folclorista com a criação da Comissão Catarinense de Folclore que destaca o “patrimônio folclórico”, formas de ser agir e fazer populares. Destaca-se Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Piazza como os principais nomes desse movimento. Paralelamente, emerge a preocupação com o patrimônio arqueológico e o estudo dos sambaquis, que eram alvo da fábricas de cal, pavimentação de vias, produção de adubos, entre outros. Essa situação fez com que se tomassem iniciativas, então foi criada uma lei estadual (nº 228, de 23/08/1955) que proibia a exploração econômica e destruição dessas jazidas, conhecidas como sambaquis. Lei que antecedeu a lei federal (nº 3.926, 26/07/1961). (2016, 129)

Os processos de tombamentos sempre geram disputas acerca da legitimidade ou não, da hierarquização com relação a outros bens, enfim, todo esse processo de legitimação de um bem público ou privado é algo que pode envolver solicitação de verbas públicas e impedimentos de demolição, isso é causa de recorrentes disputas. Uma pergunta que se faz é: De quem, afinal, é o patrimônio? Quem deve decidir acerca de sua preservação? Como deve ser considerada a representatividade social no bem tombado? Outro problema encontrado nos processos de tombamentos é que o proprietário estaria submetido a uma série de restrições

legais quanto ao uso do bem tombado, sob a permanente vigilância do Estado e isto sempre gerou resistência aos tombamentos de bens particulares. Para coibir certas atitudes vinculadas a interesses pessoais, foi criado então o recurso de impugnação do tombamento, neste caso, as autoridades públicas poderiam cancelar os processos de tombamentos realizados anteriormente através de algum recurso que julgasse procedente; (GONÇALVES, 2016)

Para finalizar a questão das seleções e hierarquizações do patrimônio das cidades, Gonçalves deixa algumas perguntas valiosas, os quais se pode chegar em novas definições a respeito do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, que ainda insistimos em hierarquizá-los, copiando as atitudes daqueles que dominaram (ou dominam) nossos modos de vida e tentam moldar nossas mentes através de suas escolhas as ações administrativas, ou conferir mais valor a certos patrimônios em detrimento de outros. Deve-se, portanto, buscar novas perguntas ao patrimônio consagrado, além de propor novos olhares para outros locais, o que inevitavelmente, provocará novas perguntas, que devem alterar o valor atribuído àquele bem cultural e, com isso, estimulando o conhecimento. (GONÇALVES, 2016)

O PATRIMÔNIO CULTURAL NA FORMAÇÃO DE UM SABER ESCOLAR

A proposta de inserir a discussão do patrimônio local da cidade no ensino de história está ligada ao conceito atual de saber escolar, que até o século XX estava intrinsecamente ligado ao saber científico, ou seja, o saber escolar era simplesmente uma simplificação do saber acadêmico, devidamente definido e organizado pela psicologia, psicopedagogia e didática. Na perspectiva tradicional, o melhor ensino deveria ser o mais atualizado com as tendências da produção científica. Portanto, o conhecimento escolar sempre foi considerado um conhecimento “inferior”, já que não seria impossível acompanhar os avanços científicos em tempo real. O saber científico é, sem dúvida, fundamental para a construção do saber escolar, mas há também a dimensão educativa e humana que deve-se levar em conta (MONTEIRO, 2003). A proposta deste artigo é argumentar a respeito de uma possível aproximação entre o patrimônio cultural da cidade e o aluno desde os anos iniciais, e dessa forma, auxiliar na construção de um ‘saber escolar’.

O conceito de ‘saber escolar’ está ligado à uma concepção antropológica e sociológica, a escola passa a ser compreendida não somente como um local de transmissão, mas como um local de produção de um saber, onde se confrontam forças e interesses econômicos, políticos e culturais. Portanto a escola é o ambiente ideal para se levar as questões locais e seus espaços de cultura, e com isso substituir a visão instrumental e técnica por uma investigação através dos processos de constituição dos saberes. Assim emerge o que chamamos de ‘saber escolar’, compreendido enquanto um saber com configuração cognitiva própria e original da cultura escolar. (MONTEIRO, 2003).

A esse novo sentido relacionamos que o ‘saber escolar’ deve ser compreendido como algo inserido no campo da cultura, que deve ser compreendida no sentido pós-moderno. Nesse ponto, devemos trazer à tona o estudo de Stuart Hall (2002) para situar o conceito de identidade cultural nos tempos pós-modernos.

Para Stuart Hall (2002), há um declínio na ideia de identidade que estabilizou o mundo social. O que se vê agora é uma fragmentação do indivíduo, uma “crise de identidade”, pois as identidades modernas estão sendo “descentradas”, ou seja, deslocadas ou fragmentadas. Essa mudança está relacionada aos deslocamentos dos conceitos de gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade. Nesse sentido, há uma “crise de identidade” do indivíduo que se supunha em uma posição fixa. Com isso o autor propõe três concepções de identidade que se sucedem historicamente: o sujeito do iluminismo, centrado, unificado e dotado de capacidades concebidas no nascimento, uma concepção individualista; o sujeito sociológico, que refletia uma complexidade social, resultado de uma interação com o mundo social, onde a identidade “costura” o sujeito à estrutura social na qual vive; e o sujeito pós-moderno, associado a questões provisórias, variáveis e problemáticas de nossa identificação processo por meio do qual o sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos, deslocadas de um “eu” coerente.” (HALL, 2002).

Será esse indivíduo, definido por Hall na terceira tipificação, o sujeito pós-moderno, para o qual a pesquisa será destinada, um sujeito que não têm um centro, nenhum princípio articulador ou organizador único e não se desenvolve de acordo com o desdobramento de uma única “causa” ou “lei”. Esse indivíduo está imerso em uma gama de informações difusas, alvo de disputas e interesses, numa luta constante por notoriedades ou relevâncias. A sociedade

moderna não é unificada e delimitada baseada em uma evolução a partir de si mesma, mas sim, em constante deslocamento, é caracterizada pela “diferença”. Esses deslocamentos estão intrinsecamente ligados ao conceito de “globalização”, que afeta diretamente as questões que envolvem identidade e diferenças culturais. (HALL, 2002)

O sujeito pós-moderno tende a se colocar dentro de uma cultura nacional, que não está inserida em nossos genes, ou seja, essa cultura nacional, nada mais é que um discurso, uma construção de sentido que influencia e organiza tanto nossas ações, assim com a concepção que temos de nós mesmos. Assim insere-se a noção de memória e patrimônio nessa configuração de espaço social, para Hall, “o discurso da cultura nacional não é assim tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e futuro”. (HALL, 2012, p.56) Nossa intenção é analisar essas questões delimitadas no passado, ou em diversas “camadas de passados”, mas que são formadoras de concepções da modernidade, com significados múltiplos.

Para Stuart Hall (2012), é um tanto quanto simplista a visão de que a globalização provoca uma homogeneização das identidades, além de exagerada e unilateral. Mesmo que exista uma tendência de ocidentalização, há uma hibridização cultural que se apresenta, um reforço das culturas locais em reação à violenta onda de massificação da cultura ocidental através dos meios de comunicação, repletos de discursos estruturantes de um *modus operandi* ocidental-capitalista. Os sinais desse processo de massificação cultural ficam expressos no patrimônio cultural da cidade, ou esquecidos e depreciados pelo mesmo motivo. Portanto há, sem dúvida, uma necessidade de discutir em sala de aula esse processo de seleção e escolhas, na intenção de discutir e problematizar o patrimônio.

O PATRIMÔNIO CULTURAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

O que se propõe não é simplesmente o perambular e observar a cidade, mas sim, desencadear uma educação visual, que estimule uma leitura da cidade e de seus espaços, e que, por consequência, façam com que o aluno tenha uma visão crítica do mundo em que vive, sobretudo num momento de grande presença das tecnologias da informação, onde as imagens estão cada vez mais presentes na vida das pessoas. Essas novas tecnologias acabam por

definir os conceitos de espaço, tempo, memória e, por isso, mais do que nunca o professor precisa estar presente para auxiliar o aluno nessa nova forma de observar as coisas.

Parte-se do princípio de que as imagens, sobretudo no patrimônio cultural e artístico de uma cidade, não tem apenas a função de ilustrar ou informar, mas também tem a função de promover a educação e o conhecimento. Entretanto, essa relação entre o observador e o observado gera uma infinidade de significados, que são atribuídos ao objeto de observação e que tem relação com vivências e sentimentos próprios do observador. Cada observador fará uma leitura e atribuirá significados e relações únicas ao objeto.

Contudo, não estamos aqui afirmando que a educação é um processo isento de intenções políticas, do contrário, todo o processo educacional é baseado em um modelo historicamente desenvolvido para perpetuar ou reproduzir as desigualdades. Porém há a visão defendida por Paulo Freire, que a educação pode ser transformadora, um processo emancipatório, onde professores e professoras são agentes mediadores nesse processo, que orientam o aluno na produção do conhecimento e não meramente transmissores de conhecimento. Sem dúvida, ainda há enfrentamentos entre essas duas concepções de educação, a reprodutora e a transformadora, mas mesmo admitindo que o modelo educacional que se apresenta traz consigo uma grande carga de conceitos e intenções que visam a reprodução, entendemos também que a educação pode mostrar novos caminhos e interpretações, então:

O ensino de História e a educação patrimonial, portanto, vêm no sentido de conscientizar os educandos acerca de sua própria história, partindo do micro para entender o macro. É fazer com que se apropriem da história local e entenda sua posição enquanto agente da história. (PAIN, 2017, p. 462)

Dessa forma, quando o aluno interage com a história local, ele está transformando sua visão de mundo, construindo novos conceitos. Com isso abre-se espaço também para discutir o que não é patrimônio consagrado, o que está escondido ou foi ignorado, pois sabemos que durante todo o século XX, as escolhas para preservar a cultura estavam sempre atreladas a uma elite branca letrada, masculina e erudita, em oposição à cultura popular, tratada como folclore. O que propomos é inserir uma metodologia de ensino de história na qual esteja presente o conceito de Educação Patrimonial, que pode-se definir como:

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no cidadão o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos homens e mulheres sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. (APOLINÁRIO, 2012, p.56)

O ensino de História pode estabelecer esse vínculo da escola com o patrimônio local, que está ausente e desconectado das salas aulas. Por isso há uma necessidade de fortalecer a relação dos alunos com a sua herança cultural, aquilo que está mais próximo e visível, evocando a consciência da importância da preservação do patrimônio e dos conceitos ligados à identidade, diversidade, práticas culturais e cultura material e imaterial. (APOLINÁRIO, 2012)

O patrimônio cultural, se apresenta ao que se refere a bens materiais e imateriais, que estão ligados à identidade, aos modos de se criar, fazer, viver e à memória dos grupos sociais integrantes da sociedade brasileira. Temos entre os patrimônios culturais as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Tudo isso integra a cultura e os saberes locais acumulados. (APOLINÁRIO, 2012)

Quando se apresenta um método para vincular as aulas de história com o patrimônio da cidade não se está simplesmente divulgando a história local, mas mira-se em um despertar do sentimento de pertencimento à cultura local, mesmo que esta tenha por objetivo primário de afastar, selecionar e destacar certas escolhas. O despertar do aluno para essas questões está ligado aos direitos fundamentais do cidadão, especificamente ao que diz respeito ao direito de acesso à cultura, presentes na Constituição Federal. Além do direito de produzir, tem o direito de ter acesso aos bens culturais materiais e imateriais produzidos por essa sociedade e que representam seu passado, tradição e história, isso é o que Fernandes (2001) chama de cidadania cultural e direito à memória. Sobre a questão cultural, a seção II, do Capítulo III, do Título VII da Carta Magna, é dedicado a este tema.

A HISTÓRIA DE FLORIANÓPOLIS A PARTIR DA PONTE HERCÍLIO LUZ

Neste ponto, tratamos de identificar um símbolo cultural da cidade de Florianópolis de extrema relevância simbólica. Dessa forma optou-se por verificar a presença dos conceitos

históricos relacionados à ponte Hercílio Luz, a primeira ligação entre a Ilha de Santa Catarina e o continente próximo, que à época de sua inauguração, 1926, ligava a cidade de Florianópolis à cidade de São José, já que até 1944 o atual bairro Estreito pertencia à cidade de São José (RIOS, 2016).

A ponte Hercílio Luz, desde sua concepção ocupou grande destaque, não somente por sua beleza, mas por ser um símbolo de prosperidade. Sua existência extrapolou o sentido utilitário de ponte, até porque desde 1982 está interdita para o tráfego de veículos e pedestres, em 1988 foi liberada para o trânsito de pedestres bicicletas e motocicletas, mas volta a ser totalmente interdita em 1991. De fato a ponte Hercílio Luz está no imaginário popular não somente como símbolo da cidade, mas como do estado de Santa Catarina. Foi, sem dúvida, uma obra que alterou o ritmo e o processo de urbanização da cidade a partir da década de 1920, por sua utilidade como infraestrutura viária. (RIOS, 2016, p.25)

Atualmente há muitas controvérsias quanto ao seu processo de restauração, pois a partir da década de 1955, Florianópolis passa a ter um plano diretor que dá novos rumos ao processo de urbanização, uma nova ideia de cidade, que estabelece novas estratégias de desenvolvimento urbano. Ao final de década de 1960 a ponte já recebia 18 mil veículos por dia e, cada vez mais, havia a suspeita de ela poderia entrar em colapso pelo desgaste dos materiais e pela sobrecarga (SCHMITZ, 2017). Ainda mais quando no final de década de 1960 é veiculada a notícia de que a ponte Silver Bridge havia ruído, esta ponte era similar a ponte Hercílio Luz e teve suas barras de olhal, que a sustentavam, rompidas. Em consequência, outra ponte similar, a Saint Mary's Bridge fora desmontada, por precaução. Com isso, as preocupações se voltaram para ponte Hercílio Luz. (RIOS, 2016, p.25)

Até que em 1975 a cidade ganha uma nova ligação entre Ilha e continente, a ponte Colombo Sales, que por sete anos conviveu com a Hercílio Luz, agora chamada de Ponte Velha, até sua interdição definitiva em 1982, neste ano ela ainda absorvia 43,8% do tráfego local, cerca 27.300 veículos por dia. A ponte que fora, em décadas passadas, símbolo de modernidade para a capital catarinense, passava a ser um grande problema de ordem pública, já os custos de restauração seriam muito alto para o governo arcar e além disso, com os novos aterros, deslocaram o modo como a cidade iria se movimentar e expandir. A partir desses

eventos surge o questionamento se seria viável preservar a ponte apenas como patrimônio cultural, torná-la novamente útil para a função de ponte ou deixá-la ruir. (RIOS,2016)

Com as informações passadas anteriormente, vimos como é possível e viável entender parte da história da cidade através de seu patrimônio cultural. Claro que a ponte Hercílio Luz é um item cultural de grande destaque e é um exemplo muito destacado e presente no imaginário da cidade de Florianópolis, não somente por sua condição histórica, mas por seu simbolismo. Não é raro anúncios, pinturas, fotografias destacarem os mais diversos ângulos da ponte, até no seu atual momento de restauração, com andaimes, guias e estruturas auxiliares é objeto de imagens que atraem muita gente.

Atualmente foi disponibilizado um página na internet (<http://nossahercioluz.com.br>), que mostra as fases da obra de restauração, detalhes de sua história, fotos, os projetos de engenharia e artigos com diversas informações que pode ser muito bem explorados em sala de aula. Cabe contrastar com outras fontes que fazem dela, símbolo de corrupção e desvios do orçamento público, já que desde seus tombamentos nas esferas municipal, estadual e federal nos anos 90, ocorreram diversos contratos e destinação de verbas que, na verdade, até agora não tiveram nenhum efeito prático, através de notícias de jornais e internet é possível levantar este tipo de fonte. Discutir o patrimônio da cidade é discutir os rumos da cidade, seu passado e seu futuro, uma reflexão sobre seu cotidiano que busca uma nova forma de pensar e viver a cidade.

As fontes históricas disponíveis para esse estudo é vasta, desde acervos fotográficos, documentos de imprensa escrita, TV e Internet. Além de toda a teoria disponível acerca da relação ensino, história e patrimônio, apresentadas anteriormente. Será a partir desse material disponibilizado que podemos pensar na relação do patrimônio da cidade e o ensino de história. No entanto há muitos outros patrimônios que carregam em si uma história que merece ser reavaliada e resignificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim cabe a nós, como educadores, promover ao educando a possibilidade de ampliar seu olhar sobre os objetos, imagens e monumentos através de um novo ponto de vista, que possa fazer conexões com seus conhecimentos prévios, facilitando o aprendizado dos

saberes propostos em sala de aula. Possibilitar questionamentos acerca das escolhas, quem as faz e porque é atribuída importância a certos itens e a outros não, a partir destas dúvidas desencadear a busca por outros conhecimentos, que foram invisibilizados por certos critérios de seleções de bens culturais. Isso não resultará apenas na apreensão de conteúdos pré-concebidos, mas sim, num aprendizado, que fará refletir e discutir não apenas o objeto em si, mas no significado de sua representação, entre o simbolismo que foi proposto (ou imposto) na sua construção e o seu significado presente na contemporaneidade.

O uso do patrimônio cultural da cidade como fonte de estudo, análise e reflexão pode levar a diversos caminhos, a maioria deles levam a uma nova experiência; não há como determinar um significado único de uma experiência através dos sentidos. O olhar de cada sujeito provoca novos significados aos mesmos objetos e certamente resulta em uma nova experiência, que gera novos conhecimentos e possibilidades educativas. O desafio do professor está na medição desse processo através de uma metodologia que leve em conta o patrimônio cultural estabelecido na cidade, mas que deixe espaço para novas interpretações, novas traduções acerca daquilo que está posto, dando espaço para a complexidade do sujeito pós-moderno, permeado de informações difusas e contrastantes que é o aluno.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Reflexões sobre a educação patrimonial e experiências da diversidade cultural no ensino de História. In: **Caderno Temático de educação Patrimonial**. João Pessoa: São Martins, 2012. p. 56-75

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **O direito à memória: análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010)**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2011.

GONÇALVES, Janice. **Figuras de Valor: Patrimônio Cultural em Santa Catarina**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2016

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: D&A, 2002.

MATTOZZI, Ivo. **Currículo de história e educação para o patrimônio**. Educação em Revista. Belo Horizonte: n. 47. p. 135-155. jun, 2008

MIRANDA, Sonia; BLANCH, Joan Pagès. Cidade, Memória e Educação: conceitos para provocar sentidos no vivido. In MIRANDA, Sonia Regina. SIMAN, Lana Mara Castro (orgs.). **Cidade, Memória e Educação**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. **A história ensinada**: algumas configurações do saber escola. HISTÓRIA & ENSINO, Londrina: v. 9, p. 37-62, 2003

PAIN, Elison Antônio. A educação patrimonial em escolas e universidades. In PAIN, Elison Antônio (Org). **Patrimônio cultural e escola**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017. p. 461-481

RIOS, Helen. **Preserve ou deixe ruir**: processos de patrimonialização da ponte Hercílio Luz (Florianópolis, SC). Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2016.

SCHMITZ, Paulo Clóvis. **Floripa ontem e hoje**: historiador conta as transformações políticas e sociais da cidade. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/floripa-ontem-e-hoje-historiador-conta-as-transformacoes-politicas-e-sociais-da-cidade>. Florianópolis: Ndonline, 2017.